

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2284706820190329091355

Processo 0800996-55.2019.8.23.0010 ☆ - (71 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais Informações Adicionais Partes Movimentações Apensamentos (0) Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor de Justiça ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo): ao **Data do Movimento(Período):** à **Descrição:**

44 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 44

500 por pág. 1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
	44	29/03/2019 09:13:55	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (21/03/2019)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
44.1	Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO JOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2560629IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIALJUR01.PDF Público
43	25/03/2019 00:10:02	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo Oficial de Justiça GLAUD STONE SILVA PEREIRA(Leitura automática em 24/03/2019 às 23:59)) em 25/03/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 26) REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADO (13/02/2019) e ao evento de expedição seq. 32.	SISTEMA CNJ
42	22/03/2019 10:04:40	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 22/03/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 37) JUNTADA DE LAUDO (21/03/2019) e ao evento de expedição seq. 39.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
41	22/03/2019 00:14:18	DECORRIDO PRAZO DE ELESSANDRA MEIRELES DO CARMO (P/ advgs. de ELESSANDRA MEIRELES DO CARMO *Referente ao evento (seq. 34) JUNTADA DE COMPROVANTE(14/03/2019) e ao evento de expedição seq. 35.	SISTEMA CNJ
40	21/03/2019 19:29:38	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de ELESSANDRA MEIRELES DO CARMO) em 21/03/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 37) JUNTADA DE LAUDO (21/03/2019) e ao evento de expedição seq. 38.	Wallyson Barbosa Moura Advogado
39	21/03/2019 16:23:36	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (21/03/2019)	Nestor David Santana de Souza Estagiário
38	21/03/2019 16:23:36	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de ELESSANDRA MEIRELES DO CARMO com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (21/03/2019)	Nestor David Santana de Souza Estagiário



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08009965520198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ELESSANDRA MEIRELES DO CARMO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa, qual seja **R\$ 843,75 (OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)**.

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Ocorre que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a **liquidação do sinistro na esfera administrativa**, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da **prova pericial corresponde a valor inferior ao pagamento efetuado administrativamente**, não havendo de se falar em complementação de indenização.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado se encontra de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado o *quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que sejam julgados improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 26 de março de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR